



FUNDAÇÃO AGA KHAN
Portugal



Parentalidade e pluralismo

Pistas para o diálogo entre educação e saúde

A Fundação Aga Khan é uma agência da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento.



FICHA TÉCNICA

Título: Parentalidade e pluralismo | Pistas para o diálogo entre educação e saúde

Autoria: Fundação Aga Khan Portugal.

Créditos de fotografia: Fundação Aga Khan Portugal, Nádia Furtado, Annie Spratt, Mael Balland, Artem Beliaikin, Moon Bhuyan

Edição: 1.ª edição (março, 2021)

ISBN: 978-989-00000-0-0

Depósito legal: 000000/21

Tiragem: 500 exemplares

Índice

Prefácio	2
Nota introdutória	3
Parentalidade(s), instrumento de cultura	5
Parentalidade positiva	6
Expressão do afeto e conforto.	6
Controlo e orientação.	7
Envolvimento parental.....	8
Diálogo pluralista, em torno da parentalidade: utopia para realistas?	11
Que pressupostos para o diálogo pluralista em torno da parentalidade?.....	11
Cuidados de saúde primários, inclusivos e culturalmente sensíveis	13
Pertencer é o objetivo. Pluralismo em ação: o que significa?.....	14
A arte do encontro, entre profissionais de saúde e famílias.....	15
Promoção da qualidade dos cuidados e educação das crianças dos 0 aos 9 anos	17
Glossário	18
Referências bibliográficas	19

Prefácio

A Fundação Aga Khan reconhece que a parentalidade de que as crianças são alvo é um aspeto crítico para o bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem na infância, com impacto na qualidade de vida das comunidades e no estado do mundo.

Na ambição de contribuir para o desenvolvimento e estabilidade do ecossistema familiar, determinante para a qualidade da parentalidade das crianças, debruçamo-nos neste trabalho: "Parentalidade e pluralismo. Pistas para o diálogo entre educação e saúde."- sobre a importância de robustecer os sistemas de suporte à família e à criança, dentro da comunidade, no sentido de os tornar progressivamente mais responsivos à cultura de cada família. Colocamos à disposição dos profissionais de saúde um conjunto de reflexões, evidências e orientações, com o objetivo de sensibilizar para a necessidade de encetar uma cultura de diálogo plural entre diferentes setores e áreas disciplinares e entre atores com diferentes níveis de responsabilidade no suporte ao desenvolvimento de uma parentalidade sensível às crianças, desde a gravidez aos 9 anos, que respeite a diversidade de formas de ser família e de ser pai/mãe.

Desafiamos-vos à navegação desde documento com a curiosidade e entusiasmo com que foi ideado, discutido e materializado entre a equipa de educação da Fundação Aga Khan, pelo labor, saber e escrita de Andreia Furtado.

Deixamos também uma palavra de agradecimento a Ismat Khan pelos contributos e pelo empenho que durante o seu estágio de mestrado nos inspiraram.

Aos leitores desta brochura, em particular os profissionais de saúde mas também a todos aqueles que trabalham com famílias, apelamos que se deixem cativar pela inexorável oportunidade de acolher e celebrar a diversidade, bem como de melhorar a qualidade de vida das crianças por via da vivência plena da parentalidade a partir da unicidade do indivíduo mas numa atitude pluralista que a sociedade contemporânea exige.

Karim Merali
Diretor Executivo
Fundação Aga Khan Portugal

Nota introdutória

Protegei-me da sabedoria que não chora, da filosofia que não ri
e da grandeza que não se inclina perante as crianças.

Khalil Gibran (1883-1931)^[1]

O desejo e as competências necessárias para conhecer e compreender os pais e as crianças, são condições de partida para a relação que se estabelece entre os profissionais de saúde e as famílias, no suporte ao exercício da parentalidade. O pluralismo^[2] constitui-se como um princípio ético, aliado da família e da criança, que assegura o respeito pelo direito às suas identidades, cujas circunstâncias, interesses e necessidades devem informar o conhecimento da ciência e da filosofia, salvaguardando sempre o “superior interesse da criança”. Numa aproximação entre as linguagens da educação e da saúde, este trabalho constitui um ponto de partida, um sem número de possibilidades para o diálogo pluralista em torno do exercício da parentalidade das crianças dos 0-9 anos.

1 Frase de Khalil Gibran – ensaísta, prosador, poeta, conferencista e pintor de origem libanesa, também considerado filósofo. Pode ser consultada em: <https://www.citador.pt/frases/protegeime-da-sabedoria-que-nao-chora-da-filoso-khalil-gibran-14798>

2 Consultar glossário para conhecer a definição de pluralismo, de acordo com o Global Center for Pluralism – centro internacional de investigação, educação e intercâmbio sobre os valores, práticas e políticas que sustentam as sociedades pluralistas – sediado em Ottawa, no Canadá.



Parentalidade(s), instrumento de cultura

Desde o princípio do mundo que as demandas sociais, económicas, históricas e circunstâncias ecológicas determinam que cada sociedade estabeleça uma visão de infância e os resultados que são esperados para o desenvolvimento das crianças. Nesta conformidade os pais, aqui considerados enquanto adultos que exercem a função parental - que têm a responsabilidade de cuidar e educar as crianças - empreendem um conjunto de práticas influenciadas pelos valores e pelas crenças próprias da cultura^[3] dos diferentes grupos a que pertencem: o país em que nasceram; o país, a cidade, aldeia ou a comunidade em que vivem e a família a que pertencem, nas suas múltiplas configurações. Estes valores e crenças da cultura são negociados com as características individuais de cada educador e de cada criança, num determinado espaço (contexto ecológico)-tempo, e deste intercâmbio resultam estilos educativos que constituem ferramentas de cultura, cujo objetivo último visa assegurar bons começos de vida, garantindo a sobrevivência e sucesso de cada criança, orientado pelo que se perfila como o seu “superior interesse”. A contemporaneidade tornou-se palco de grandes mudanças a este respeito. No exercício da função parental não basta aos pais assegurar a sobrevivência das crianças, cabe-lhes também providenciar ambientes seguros e estimulantes que possibilitem trajetórias de desenvolvimento em que os menores cumprem o seu pleno potencial. Famílias que vivem em contextos de pobreza e/ou de conflito, sobretudo se ao longo de várias gerações, sofrem pressões adicionais continuadas que condicionam o exercício da parentalidade das crianças e podem sentir dificuldades em ajustar a sua forma de cuidar e de educar, em circunstâncias diferentes das originalmente conhecidas (e.g. transições ao longo do ciclo vida: migração, etc.).

Nem sempre as práticas parentais se atualizam e orientam conforme as necessidades reais da criança, como se por vezes os pais funcionassem, inadvertida e inconscientemente, com representações ou *scripts* antigos, à margem do superior interesse dos filhos (biológicos, afetivos ou nominativos), muitas vezes sem alternativa para compreender e empreender modos de fazer diferentes.

Por outro lado, práticas parentais associadas a “bons resultados” para o desenvolvimento das crianças num determinado contexto cultural, podem resultar de uma forma diferente, oposta ou negativa, para um contexto cultural distinto.

No exercício da função parental não basta aos pais assegurar a sobrevivência das crianças, cabe-lhes também providenciar ambientes seguros e estimulantes que possibilitem trajetórias de desenvolvimento em que os menores cumprem o seu pleno potencial.

A Convenção dos Direitos das Crianças, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989^[4], convergente à Declaração Universal dos Direitos Humanos^[5] faz referência ao “superior interesse” da criança, no pressuposto de que esta deverá ser alvo de cuidados adequados. A este respeito os estudos transculturais realizados nas últimas décadas esclarecem que não existem estilos educativos parentais universais – “práticas parentais de primeira” e “práticas parentais de segunda” - e tendem a desconstruir a ideia de que os valores das culturas do mundo ocidental orientam para uma parentalidade mais positiva e associada a melhores resultados para a qualidade de vida das crianças. Existem antes evidências claras sobre a forma como aspetos fundamentais organizam a parentalidade das crianças: e.g. expressão da afetividade e conforto; controlo e orientação; envolvimento parental – influenciando os resultados para o seu desenvolvimento e aprendizagem. Todavia, a investigação sublinha que a forma como estas dimensões são agidas pelos pais e cuidadores depende dos objetivos estabelecidos para a socialização das crianças em cada cultura ou grupo cultural, sendo os resultados para o desenvolvimento infantil moderados e até mitigados pela cultura, razão pela qual devemos mantê-la presente numa atitude de diálogo pluralista, que valoriza e convida à integração da diversidade de saberes e práticas parentais, em benefício do bem-estar e direito à identidade, pela família e pela criança.

3 A cultura tem sido definida como uma ampla variedade de fenómenos. Consulte o glossário.

4 (como citado em Comité Português para a UNICEF, 2019, p. 4)

5 Declaração que delinea os direitos humanos básicos, elaborada por uma comissão de autores de todo o mundo e adotada pela Organização das Nações Unidas em 1984.

Parentalidade positiva

Dentro do conceito de parentalidade positiva, a ideia de cuidados ou educação adequada corresponde à sintonia das práticas parentais com as necessidades e interesses da criança, em cada etapa do seu desenvolvimento. Nesta perspectiva, a forma como se cuida e educa a criança deve proteger a sua saúde, favorecer o desenvolvimento e estimular a aprendizagem, preparando-a para funcionar em sociedade.

Tendo em conta que não existe uma escala de medida única para avaliar sobre o ajustamento das práticas parentais, para compreender e dar suporte aos estilos educativos dos pais é necessário entender as condições contextuais e ecológicas que se relacionam com diferentes valores, crenças e práticas dos seus grupos de pertença, seja uma sociedade inteira ou um determinado grupo dentro de uma sociedade, conforme proposto pela teoria ecológico-cultural^[6], que ancora no conceito socio-cultural de práticas^[7] e sobre olhares mais atuais acerca da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, de Urie Bronfenbrenner^[8]. Esta contextualização é fundamental para compreender o “nicho” de desenvolvimento da criança, designadamente a influencia que a história, a cultura do país de origem e outras subculturas exercem sobre os valores, crenças e práticas parentais: por exemplo, acerca do entendimento e gestão dos hábitos de sono e de alimentação; a respeito do papel do pai, da mãe, dos irmãos e de outros elementos da família no cuidado e educação das crianças; sobre a forma como os pais organizam o espaço, o ambiente social, as rotinas e as oportunidades de interação e de aprendizagem das crianças; etc.

A investigação transcultural sublinhou a relevância do contexto para as práticas parentais mas, em muitas situações, colocou o acento nas diferenças existentes entre práticas parentais de grupos culturais diversos, estabelecendo tendências passíveis de se transformarem em generalizações e estereótipos, rótulos sociais, criados sobre características de grupos para moldar padrões sociais.

Acresce, como foi já referido, que as culturas mudam ao longo do tempo, nomeadamente em contacto e diálogo com outras culturas. Sobretudo as gerações mais novas de cada grupo tendem a questionar e a transformar os valores e as crenças dos seus pais, reinventando-os de acordo com a sua perceção e experiência subjetiva da realidade. Por este motivo, constitui sempre um risco generalizar tendências a partir de estudos feitos com grupos culturais específicos.

Reconhecendo a variabilidade de estilos educativos existentes e sua permeabilidade à cultura dos diferentes ambientes de socialização, propomos abaixo três eixos de análise, elementos transversais ao exercício de uma parentalidade positiva que, no encontro com as famílias, devemos refletir e discutir sempre com a disponibilidade e curiosidade próprias de uma “mente de principiante”.

Expressão do afeto e conforto

A afetividade é um aspeto essencial da qualidade da parentalidade, contribuindo para a construção de um sentimento de segurança básica, sentido de valor e autoestima na criança. Sobretudo em idades mais tenras, a expressão do afeto está vinculada à interação proximal adulto-criança: por via do contacto físico através do toque, do uso da voz, da expressão do olhar e do sorriso. Alguns adultos tendem a inibir o diálogo tónico com a criança, que envolve a comunicação com o corpo, evitando especialmente o toque como forma de conforto e expressão do afeto.

O exercício de uma parentalidade positiva incentiva os pais à expressão física e verbal do afeto e à comunicação com a criança sobre estados emocionais, valorizando a sua experiência psicológica.

A investigação transcultural sublinhou a relevância do contexto para as práticas parentais mas, em muitas situações, colocou o acento nas diferenças existentes entre práticas parentais de grupos culturais diversos, estabelecendo tendências passíveis de se transformarem em generalizações e estereótipos, rótulos sociais, criados sobre características de grupos para moldar padrões sociais.

6 Tudge, 2008 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, p. 179)

7 Cole, 1996, 2005 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, p. 180)

8 (Bronfenbrenner, 1994, 2005; Bronfenbrenner & Morris, 2006; Tietjen, 2006)



Variações culturais

- A expressão sensível dos afetos na relação entre pais e filhos é necessária à socialização e desenvolvimento humano, através das culturas^[9]. No entanto, o formato e nível de intensidade com que o afeto é expresso é mediado e pode ser moderado por influências contextuais^[10].
- Vem-se argumentando que a expressão de emoções positivas na interação entre pais e filhos é especialmente encorajada em culturas que valorizam a promoção da sociabilidade e autonomia na infância^[11]. No mundo ocidental^[12] (ou minoritário) a manifestação calorosa do afeto parental é considerada importante para promover a competência socioemocional, a autoconfiança e a capacidade de expressão das crianças^[13]. Noutras culturas, principalmente do Leste Asiático, a partilha de experiências emocionais em ambientes sociais é tida como inapropriada. Acredita-se que a expressão de afeto dos pais pelos filhos prejudica a

autoridade dos adultos e a organização hierárquica e autoritária da família, relativamente à qual se espera que os filhos mostrem respeito e obediência^[14].

- Foram encontrados níveis baixos de manifestação calorosa e explícita do afeto em sociedades asiáticas como a Indonésia, a Índia^[15], o Japão^[16] e a Coreia do Sul^[17], bem como em outras sociedades: Camarões^[18], Árabe^[19] e Turquia^[20].

Controlo e orientação

O controlo e orientação parental relaciona-se essencialmente com o suporte às crianças para a organização das rotinas (e.g. gestão e cumprimento de horários); realização de tarefas (e.g. limpeza e arrumação do quarto; acompanhamento ao estudo); gestão do comportamento, estimulação e apoio à exploração de ambientes e atividades concretas (e.g. interações lúdicas/brincar,

9 Barnard e Solchany, 2002; Bornstein, Suwalsky e Breakstone, 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 19)

10 Bornstein, 1995; Saarni, Campos, Camras e Witherington, 2006 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 19)

11 Harkness et al., 2007; Wörmann, Holodyski, Kärtner e Keller, 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 19)

12 No sentido cultural contemporâneo, o mundo ocidental inclui a maior parte da Europa, além de muitos países de origem colonial europeia nas Américas e na Oceania, como os Estados Unidos, Canadá, México, Austrália, Nova Zelândia, entre outros.

13 Chao, 1995; Henderlong e Lepper, 2002; Rothbaum e Trommsdorff, 2007; Wang, Wiley e Chiu, 2008; Wörmann et al., 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 19)

14 Chao, 1995; Cheah e Li, 2010; Chen, 2010; Ho, 1986 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 19)

15 Daga, Raval, and Raj, 2015 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

16 Trommsdorff, and Friedlmeier, 2010 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

17 Louie, Oh, and Lau, 2013 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

18 Wörmann et al., 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

19 Rasmi, Chuang, and Safdar, 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

20 Yaman, Mesman, van IJendoorn, Bakermans-Kranenburg, and Linting, 2010 (como citado em Chen, Fu & Yiu 2019, p. 21)

com adultos ou entre pares). Neste sentido, alguns pais tendem a ser mais diretivos, disciplinadores e até autoritários, exercendo maior controlo sobre o comportamento da criança, muitas vezes através de práticas coercivas (e.g. controlo psicológico, através da humilhação) ou punitivas (e.g. castigos físicos ou sociais).

Uma parentalidade positiva baseia-se em respostas parentais flexíveis que promovam a autonomia e capacidade de autorregulação da criança - estimulando a sua iniciativa e participação nos contextos e nas atividades em que se envolve - nomeadamente através da observação, escuta ativa, questionamento e incentivo à reflexão e ao diálogo.

Variações culturais

- Nas culturas, consideradas individualistas, do mundo ocidental, o controle comportamental (no sentido estrito) é frequentemente entendido como uma interferência à liberdade da criança, com prejuízos potenciais para o desenvolvimento da sua autonomia. Ao contrário, nas culturas orientadas para o grupo, o controlo comportamental é visto como um dever dos adultos - indicando maturidade social e competência parental – essencial para apoiar o desenvolvimento das competências necessárias a uma boa socialização na infância e ao longo da vida ^[21].
- Na maioria das culturas ocidentais o objetivo de socialização das crianças é a conquista de autonomia, pelo que se investe afinadamente no apoio e valorização da autoexpressão, autodeterminação, autorregulação e capacidade de iniciativa das crianças.
- Nestas culturas que valorizam a iniciativa social e a autoexpressão, os pais tendem a encorajar as crianças ao envolvimento ativo em interações sociais lúdicas que estimulem a fantasia e a representação socio dramática ^[22].
- Do ponto de vista da gestão do comportamento e da vida social, as culturas ocidentais tendem a considerar a capacidade de autorregulação útil para a realização pessoal, sugerindo a manutenção de um equilíbrio entre as necessidades próprias e as necessidades dos outros. Neste sentido, são considerados desajustados comportamentos que evidenciam baixo controlo ou hipercontrolo.
- Em determinadas culturas asiáticas, que valorizam especialmente o envolvimento dos pais nas atividades dos filhos, o controlo parental é percebido por ambos como um sinal de responsabilidade e cuidado ^[23] e até como uma forma de expressão do afeto ^[24]. Os pais que não exercem controlo sobre os comportamentos e

atividades dos filhos são vistos como irresponsáveis e incompetentes, indicando a sua conduta falta de afeto para com a criança.

- Em muitas sociedades do Leste Asiático, como a China e a Coreia do Sul, educar as crianças e os adolescentes para exercer controlo constitui uma meta importante para a socialização. Nestas culturas, controlar o comportamento dos indivíduos de acordo com as regras sociais estabelecidas constitui um aspeto crítico para o cultivo de virtudes inatas ^[25].
- Estudos ^[26] realizados sobre a relação entre as atitudes parentais e o comportamento agressivo de crianças afro-americanas e euro-americanas indicaram que os pais de crianças afro-americanas, particularmente os de baixo nível socioeconómico, eram mais propensos ao uso de estratégias de disciplina severa, incluindo punição física, quando comparados com o grupo de pais de crianças euro-americanas. Os autores sugerem que as condições de stress social podem afetar os processos cognitivos e emocionais dos pais e torná-los mais sensíveis e reativos a condições sociais potencialmente ameaçadoras ou provocatórias. Admitem também que as estratégias educativas dos pais afro-americanos poderiam ter a intenção de preparar os filhos para funcionar em ambientes sociais hostis.

Envolvimento parental

Relativo à acessibilidade e disponibilidade dos pais para se envolverem em interações recíprocas e responsivas com a criança.

Em sociedades ou grupos com uma forte cultura de interdependência, por vezes as crianças são deixadas ao cuidado de irmãos, de outros elementos da família ou da comunidade, estando os pais pouco acessíveis a maior parte do dia, habitualmente encarregues de atividades domésticas ou laborais, garante da sustentabilidade familiar.

Nesta situação a função parental é partilhada com outras pessoas ou grupos de pessoas que, no caso de serem consideradas de referência para criança, podem constituir um fator de proteção para o seu desenvolvimento.

Em determinadas ocasiões, embora na presença da criança, os pais não estão disponíveis para interagir com ela: por serem alheios às necessidades específicas da infância, por estarem envolvidos noutras tarefas ou mesmo por indisponibilidade psicológica ou emocional.

O exercício de uma parentalidade positiva prevê que os adultos que exercem a função parental estão acessíveis

21 (Keller et al., 2004)

22 Edwards 2000 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 13)

23 Chao, 1995; Ho, 1986 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 23)

24 Nomura, Noguchi, Saito e Tezuka, 1995; Rothbaum e Trommsdorff, 2007 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 23)

25 Chao, 1995 ; Ho, 1986 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 15)

26 Deater-Deckard e Dodge, 1997; Deater-Deckard, Dodge, Bates e Pettit, 1996; Pinderhughes, Dodge, Bates, Pettit e Zelli, 2000 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 17)

e disponíveis para se envolverem em atividades de cuidado e educação da criança (e.g. prestação de cuidados de higiene e alimentação, comunicação, brincar, etc.) de uma forma regular, contínua e previsível.

Variações culturais

- Vários investigadores^[27] sublinham que não basta focar a quantidade do tempo que mães e pais passam com os seus filhos, é preciso ter em conta o tempo passado com a criança em função das suas disponibilidades. Em muitas culturas as mães estão mais acessíveis para se envolverem com as crianças pequenas, porque são os pais que mais frequentemente se ausentam de casa para trabalhar. É sugerido que, se for tida em conta a disponibilidade parental, talvez os pais estejam tão envolvidos com os filhos quanto as mães, especialmente nas atividades de brincar.
- Em alguns grupos de caçadores-coletores na África (e.g. !Kung Botswana Savannah), cujas práticas são frequentemente interpretadas como uma possibilidade de vislumbrar o que foi a espécie humana no passado, os bebés passam boa parte do tempo com as suas mães^[28]. No entanto, noutros grupos semelhantes (e.g. Efe das florestas tropicais da República Democrática do Congo), não é a mãe do bebé, mas antes outras mulheres que se encarregam da sua alimentação e cuidados iniciais, sendo que o cuidado pelo grupo é a norma ao longo do crescimento da criança^[29].
- A grande maioria das investigações^[30] sobre práticas educativas no Quênia indica que os pais e as mães pouco se ocupam da vida dos filhos após o primeiro ano de vida, sendo os irmãos mais velhos (quase sempre as meninas) a assumir a responsabilidade de tomar conta das crianças. Os grupos estudados representavam ambientes rurais, pais e mães não escolarizados. Os pais eram a autoridade e as mães raramente conversavam ou brincavam com as crianças. Interessa referir que, com a crescente importância dada à escolarização das crianças, os irmãos deixaram de estar disponíveis para assumir o cuidado aos mais novos e consequentemente também a realidade do Quênia se tem vindo a transformar.
- Ao contrário dos pais homens ocidentais, que tendem a ser parceiros de brincar dos seus filhos, é esperado que os pais homens chineses – representantes da autoridade e reputação familiar - se envolvam com as crianças sobretudo no sentido de as ajudar a desenvolver valores e comportamentos socialmente adaptados e a obter bons resultados na escola^[31].



- Há evidências retratadas na literatura sobre psicologia do desenvolvimento^[32] a indicar que os pais de culturas de origem diferentes podem diferir na forma como organizam os seus comportamentos em torno de aspetos fundamentais da parentalidade, de que são exemplo a expressão do afeto, conforto, controlo e orientação parental.
- A investigação revela que o impacto exercido pelo controlo parental - associado a práticas de controlo psicológico e rigidez disciplinar – no desenvolvimento da criança, pode ser mitigado pela cultura de origem, designadamente no caso daquelas cujos valores são orientados para o grupo: e.g. ásia; afroamericana; sociedades latinas. Neste exemplo, práticas parentais consideradas inapropriadas pelas culturas ocidentais, podem resultar no adequado funcionamento e comportamento social das crianças.^[33]

27 Lamb, 1997, 2000; Lewis & Dessen, 1991; Parke, 2000; Tamis-LeMonda & Cabrera, 2002 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, pp. 186-187)

28 Lee, 1980 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, p. 174)

29 Morelli & Tronick, 1991; Tronick, Morelli & Winn, 1987 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, p. 174)

30 Tudge, 2008; Tudge et al., 2006; Tudge & Odera-Wanga, 2009 (como citado em Tudge & Freitas, 2012, pp. 175-179)

31 Mo, 1996 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 31)

32 (Baumrind, 1971; Maccoby and Martin, 1983)

33 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 34)

Evidências da investigação que mostram o impacto das transformações sociais na reorganização das atitudes e comportamentos parentais

- Nas famílias turcas, os objetivos para a parentalidade das crianças mudaram ao longo de três décadas, a par das transformações na sociedade turca. Como consequência da urbanização e desenvolvimento económico também os pais passaram a valorizar mais a autonomia e iniciativa da criança, manifestando progressivamente uma maior capacidade para apreciar a sua vida emocional e psicológica^[34].
- Tradicionalmente, os pais chineses tendem a não apoiar os filhos a demonstrar iniciativa^[35], o que é incompatível com as exigências da sociedade urbana contemporânea. O estudo de Chen e Li (2012)^[36] revelou que os pais das famílias que viviam em meio urbano valorizavam mais a iniciativa das crianças, comparados com os pais de famílias residentes em meio rural. Em contexto urbano pareciam considerar importante a capacidade de iniciativa das crianças, na adaptação a um ambiente mais competitivo.

- À medida que a China se foi urbanizando, os pais chineses tornaram-se progressivamente menos controladores, mais sensíveis aos sentimentos e necessidades das crianças e mais capazes de as apoiar e de se envolverem em atividades de exploração^[37]. Foram encontradas mudanças semelhantes em diferentes estudos, que apontam para existência de relações mais afetuosas e de menor domínio entre pais e filhos chineses e sul-coreanos residentes em meio urbano^[38].

Note-se que o respeito pela identidade cultural dos pais e das crianças, especialmente em contextos de mudança ou transição, constitui um fator de proteção para o desenvolvimento e ajustamento socio-emocional das crianças.

Os estilos educativos e comportamentos parentais devem ser interpretados e relacionados com os resultados para o desenvolvimento da criança, em função dos objetivos estabelecidos para a sua socialização e sucesso, considerando o quadro de referências da(s) cultura(s) em que se inscrevem.

34 Kağıtçıbaşı & Ataca, 2005 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 8)

35 Chao, 1994; Chen et al., 1998 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 14)

36 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 8)

37 Chen & Chen, 2010 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 36)

38 Lu & Chang, 2013; Park, Joo, Quiroz & Greenfield, 2015; Ren & Edwards, 2016; Way et al., 2013; Yoshikawa, Way & Chen, 2012 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p. 36)



Diálogo pluralista, em torno da parentalidade: utopia para realistas?

Não vale a pena olhar para um mapa do mundo que não inclua Utopia, pois exclui o único país em que a Humanidade está sempre a aterrar. Ora, quando a Humanidade aterra aí, presta atenção e, ao ver um país melhor, levanta âncora. O progresso é a realização de Utopias.

Óscar Wilde (1854-1900)^[39]

Utopia, assim considerada, poderá ser um espaço numa determinada temporalidade onde pessoas, histórias, culturas, experiências e saberes se encontram, se (re)conhecem na sua diversidade e estabelecem diálogos, que são também eles lugares, porque ampliam a nossa visão de mundo.

Utopia pode configurar para os pais a comunidade de pertença: o espaço público, os serviços de diferentes setores – educação, saúde, área social e cultura – público e privado; os lugares de culto, as relações de vizinhança, ambientes diversos com especificidades culturais próprias que, direta ou indiretamente, prestam suporte à unidade familiar, designadamente no âmbito do exercício da parentalidade. Esta comunidade que queremos não é acidental, requer o compromisso e investimento de vários atores (e.g. profissionais, famílias, indivíduos) na construção de uma ética de respeito pela diversidade de valores, crenças, estilos e práticas parentais que regulam a relação entre adultos e crianças, conforme inspira a definição de pluralismo proposta pelo Global Center for Pluralism. Uma forma de encetar este processo é estimulando o diálogo pluralista em torno da parentalidade. A arte de dialogar inscrita nas dinâmicas sociais de suporte à parentalidade estabelece pontes e fundações para o bem-estar da família e da criança.

Que pressupostos para o diálogo pluralista em torno da parentalidade?

- Envolve conhecer, compreender e contextualizar as etnoteorias parentais e o reconhecimento do valor da diversidade de formas de ser pai e mãe.
 - Pressupõe condições de equidade e igualdade de direitos no acesso à informação, liberdade para expressar opiniões e para participar na co-construção democrática de perspetivas sobre o que pode ser cuidar e educar a criança, em ambientes cooperativos e inclusivos, onde é possível obter feedback construtivo e sensível.
 - Salvaguarda o direito à identidade, na medida em que não é esperado que os pais transformem os seus valores ou crenças a respeito da educação e cuidado às crianças, mas antes que interajam – de forma direta e intersubjetiva - e integrem novas perspetivas no seu quadro de referências, que a atualidade da relação de parentalidade com a criança exige.
 - Reconhece que o capital social dos pais – relativo aos recursos efetivos ou potenciais de uma rede de relações formais (institucionais), não formais ou informais - é fundamental para a eficiência e eficácia do exercício da função parental.
 - Assenta no reconhecimento de que o diálogo é favorecido pela existência de elementos que facilitam a identificação entre os interlocutores. Assim, os serviços que prestam suporte às famílias devem incluir profissionais com perfis culturais diversos, tanto quanto possível representativos da diversidade de culturas e subculturas de uma determinada comunidade.
 - Viabiliza a construção de novas utopias, partilhadas pelo respeito mútuo, reconhecimento do direito à diferença e à identidade. Possibilita a resignificação da experiência individual e elaboração de novos entendimentos - a partir da revisão de crenças e de valores a que o encontro entre olhares convida – constitui por isso plataforma de desenvolvimento para as famílias e de progresso social e comunitário.
 - Celebra o direito à convivialidade/convivência entre famílias (diferente de coexistência), com diferentes estilos de funcionamento e de interação, na ambição de contribuir para a construção de sociedades mais coesas, em clima de humanização e paz, à escala mundial: Utopia que afinal se cumpre no real, quotidiano.
- Implica reconhecer que existem diferentes determinantes para a parentalidade, entre eles a cultura de origem e as subculturas que atravessam os diferentes ambientes de socialização dos pais.
 - Parte da premissa que dentro de uma sociedade existe uma vasta diversidade de estilos e práticas parentais, perspetivando a preservação da homeostasia de um determinado sistema, que inclui a criança. Neste sentido é um erro tomar o todo pela parte, arriscando generalizações discriminatórias relativamente às práticas de cuidado e educação das crianças.

39 Como citado em Bregman, 2018, p. 9.



Cuidados de saúde primários, inclusivos e culturalmente sensíveis

Os cuidados de saúde primários devem assegurar que todas as crianças recebem cuidados completos, da promoção e proteção à prevenção e ao tratamento em saúde, de uma forma tão próxima quanto possível do seu ambiente quotidiano.

Os cuidados de saúde primários decorrem de um compromisso com a justiça e equidade social e do reconhecimento do direito fundamental ao nível mais elevado possível de saúde, conforme articulado no artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos^[40]: "Todas as pessoas têm direito a um nível de vida adequado à sua saúde e bem-estar próprios e da sua família, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais necessários (...)" – indissociável do direito à educação. Representam uma forma de a sociedade perspetivar a saúde e bem-estar, centrada nas necessidades e preferências das pessoas, famílias e comunidades. Englobam os determinantes da saúde mais vastos e incidem sobre os aspetos complexos e interrelacionados da saúde física, mental e social e do bem-estar.

A qualidade dos cuidados e da educação das crianças constitui um determinante fundamental da saúde infantil, com impactos indeléveis nas suas trajetórias de desenvolvimento e de aprendizagem. Exige uma abordagem sistémica intersectorial, que integre as políticas de promoção da saúde e de prevenção e operacionalize soluções concretas, responsivas à comunidade: serviços/projetos e programas em saúde centrados nas pessoas, nas famílias e nas crianças, perspetivando o apoio aos seus percursos de desenvolvimento, ao longo do ciclo de vida.

É fundamental refrescar o olhar sobre os cuidados de saúde primários, colocando-os no centro dos esforços para a promoção da saúde e bem-estar, um investimento comprovadamente eficaz e essencial, visando a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos em 2015 pelas Nações Unidas^[41], diretamente no que concerne ao acesso e qualidade dos cuidados em saúde (ODS3) e indiretamente para outras dimensões, nomeadamente a educação de qualidade (ODS4).

Os cuidados de saúde primários devem assegurar que todas as crianças recebem cuidados completos, da promoção e proteção à prevenção e ao tratamento em saúde, de uma forma tão próxima quanto possível do seu ambiente quotidiano. Nesta ambição, têm como um foco o suporte à parentalidade das crianças, desde o período pré-natal; contribuem para o empoderamento dos pais no exercício das tarefas que suportam o neurodesenvolvimento e a aprendizagem na infância.

Entre os profissionais que prestam este tipo de apoio às famílias, os enfermeiros ocupam uma posição de destaque, estando este trabalho consagrado como um eixo nas respostas de enfermagem^[42].

Cabe às equipas multidisciplinares dos cuidados de saúde primários desenvolver estratégias de trabalho que aumentem a confiança das famílias e apoiem o desenvolvimento de competências específicas para o cumprimento das responsabilidades parentais de cuidado e educação da criança, conforme o seu "superior interesse". Isto significa que os profissionais de saúde têm um papel fundamental no acompanhamento às jornadas de desenvolvimento e de aprendizagem dos pais, reconhecendo-os como titulares de direitos e sujeitos a obrigações, com um potencial natural e pluralista, parceiros essenciais na otimização do potencial de desenvolvimento das crianças (Conselho da Europa, 2008)^[43].

A moldura de trabalho para a promoção da qualidade dos cuidados e educação, na base do desenvolvimento na infância – *Nurture and Care Framework*^[44] – estabelece um roteiro para garantir o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e concretiza em cinco componentes essenciais e interrelacionadas – boa saúde;

40 Pode ser consultado em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

41 São fruto são do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo e estabelecem uma visão comum para a humanidade. Podem ser consultados em: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>

42 International Council of Nurses, 2006 (como citado em Lopes, Catarino & Dixe, 2010, p. 110)

43 Council of Europe, 2008 (como citado em Lopes, Catarino & Dixe, 2010)

44 (World Health Organization, United Nations Children's Fund & World Bank Group, 2018)

nutrição adequada; proteção e segurança; oportunidades para a aprendizagem precoce; cuidado responsivo – aspectos que organizam o exercício de uma parentalidade positiva das crianças, dos 0 aos 3 anos. Pelo seu valor científico e heurístico, poderá considerar-se a sua utilização para o suporte à parentalidade de crianças mais velhas, até aos 9 anos. Constitui um instrumento muito relevante para o trabalho interdisciplinar de suporte à parentalidade, que se desenvolve a partir dos cuidados de saúde primários, devendo por isso ser refletida e discutida entre grupos de profissionais e de famílias, numa dialética pluralista entre educação e saúde, com respeito pela diversidade de identidades, valores e práticas parentais.

A existência de cuidados de saúde primários inclusivos e culturalmente sensíveis, na sua valência de suporte à parentalidade, configura uma realidade que envolve o compromisso das lideranças de gestão dos serviços, dos profissionais de saúde e das famílias - no exercício dos seus diferentes papéis - com o pluralismo, enquanto princípio ético e processo dinâmico contínuo.

Pertencer é o objetivo. Pluralismo em ação: o que significa?

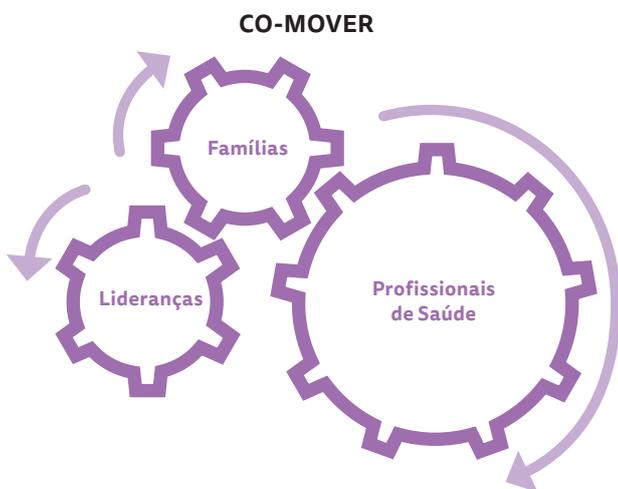


Figura 1 O esquema propõe um sistema promotor para a agência do pluralismo nos cuidados de saúde primários, com foco no suporte à parentalidade, a partir da atuação corresponsável das lideranças, dos profissionais de saúde e das famílias.

Conforme sugere o esquema da Figura 1, a inscrição de uma ética pluralista na organização e dinâmica dos cuidados de saúde primários, para o suporte à parentalidade, resulta de ações colaborativas e concertadas, empreendidas por diferentes atores que, numa espécie de interjogo de olhares sensíveis sobre a realidade da comunidade, se deixam comover e se permitem CO-MOVER, rumo à valorização da identidade, construção do sentido de pertença das famílias e inclusão.

O que poderá significar pluralismo em ação: do ponto de vista das lideranças de gestão, dos profissionais de saúde e das famílias?

Do ponto de vista das lideranças de gestão

- Opção por modelos compreensivos de cuidados em saúde, que privilegiem abordagens sistêmicas, transdisciplinares e intersectoriais no desenho de intervenções de suporte à parentalidade.
- Garantir o acesso e uso de respostas de qualidade em saúde, de suporte à parentalidade, a todas as famílias e crianças que delas possam beneficiar, independentemente da sua cultura de origem ou subculturas (e.g. ideologia política, credo religioso, etc.), atuando de forma diligente para a mitigação de possíveis barreiras (e.g. língua).
- Recrutamento de recursos humanos, técnicos e não técnicos, que confirmem ao serviço e aos projetos/intervenções, tanto quanto possível, representatividade de género e representatividade das culturas e subculturas existentes na comunidade em que se inscrevem.
- Prover condições de equidade para a participação das famílias no desenho, implementação e avaliação das respostas em saúde de suporte à parentalidade.
- Assegurar contextos de formação e desenvolvimento profissional, no âmbito da competência intercultural.

Do ponto de vista dos profissionais de saúde (técnicos e não técnicos)

- Reconhecer e respeitar a identidade de cada família, a identidade de cada elemento da família e a relação de parentalidade estabelecida entre pais e filhos.
- Estabelecer relações simétricas, em sede de papéis bem definidos, com base no princípio de igual valor.
- Reconhecer os pais como primeiros e principais cuidadores e educadores dos filhos/as.
- Ter como premissa para o encontro com as famílias, um olhar de valorização sobre os seus recursos e competências.
- Respeitar o direito à informação, ao exercício de opinião e à participação dos pais nas tomadas de decisão relativamente à educação e cuidado às crianças.
- Manifestar capacidade de observação, de escuta e de empatia, aspetos centrais para a comunicação positiva com as famílias.
- Providenciar *feedback* contínuo e construtivo.

Do ponto de vista das famílias

- Assumir a responsabilidade pelo conhecimento e cumprimento dos seus direitos e deveres, condição de partida para o exercício pleno da cidadania.
- Abertura ao diálogo pluralista com lideranças, profissionais de saúde e entre famílias.
- Envolvimento e participação democrática nos processos de gestão e operacionalização das respostas em saúde, à criança e à família e de suporte à parentalidade.

A arte do encontro, entre profissionais de saúde e famílias

A adoção de uma atitude pluralista na relação com as famílias, configura um aspeto essencial do desenvolvimento dos profissionais de saúde – médicos, enfermeiros, psicólogos, técnicos de serviço social, entre outros – para o exercício de funções técnicas de suporte à parentalidade das crianças, garantindo nesta matéria uma prestação de cuidados de saúde primários inclusivos e culturalmente sensíveis. Convidamos a olhar para a biometria dos elementos intersubjetivos da experiência de cuidar e de educar uma criança, onde se encontram as necessidades dos pais e as necessidades crianças, a

Comprender que todos os pais são diferentes e que precisam de respostas sensíveis aos seus interesses, necessidades e cultura, ou seja de intervenções diferentes, em dosagens/intensidades distintas

experiência subjetiva de cada um, no confronto com a subjetividade do profissional, cujas representações são mediadas pelas suas próprias vivências, valores e crenças. Cada qual com a sua “impressão digital”.

Pelo exposto é importante considerar de que forma é que a experiência, valores e crenças dos profissionais interferem no modo como abordam as cinco componentes temáticas propostas pela *Nurture and Care Framework*, no âmbito do trabalho com as famílias.

Por outro lado, como é que estas diferentes componentes do cuidado e da educação das crianças são influenciadas pela cultura e subculturas das famílias?



É fundamental instituir uma práxis profissional reflexiva que permita a navegação contínua por estas questões-chave e permita o desenvolvimento da competência intercultural necessária para garantir respostas em saúde de suporte à parentalidade, contingentes à realidade e necessidades específicas de cada família, pais e crianças, em particular.

A acrescentar ao que foi já referido, do ponto de vista dos profissionais de saúde que prestam suporte técnico ao exercício da parentalidade das crianças, pluralismo em ação significa também:

- Compreender que todos os pais são diferentes e que precisam de respostas sensíveis aos seus interesses, necessidades e cultura, ou seja de intervenções diferentes, em dosagens/intensidades distintas. Os pais não têm todos as mesmas condições para participar na vida dos filhos e nas tomadas de decisão inerentes ao exercício da função parental. As intervenções em saúde devem providenciar este olhar compreensivo sobre as circunstâncias das famílias e valorizar as suas escolhas, no pressuposto de que nem todos os temas e técnicas servem as famílias da mesma maneira.
- Contextualizar as práticas parentais e relacioná-las com diferentes determinantes da parentalidade: personalidade, características da criança, condição social e económica, cultura, etc.
- Reconhecer e responder às necessidades de apoio dos pais, valorizando a sua autonomia, num movimento de co-responsabilização que se distancia das abordagens do estilo "receituário para pais".
- Valorizar as narrativas de cada pai/mãe (as histórias de cuidado; valores e representações várias), apoiado a sua resignificação a partir da experiência partilhada com a criança e com outros adultos (e.g. na consulta de enfermagem; no encontro com outros pais, em sessões temáticas de grupo).
- Investir em dinâmicas e práticas assentes no reconhecimento do valor da ativação de redes formais, não formais e informais de suporte à família, dentro da comunidade.
- Considerar a utilização da *Nurture and Care Framework* enquanto instrumento que alimenta o diálogo pluralista com as famílias e entre famílias.



Promoção da qualidade dos cuidados e educação das crianças dos 0 aos 9 anos



Figura 2 Esquema adaptado a partir da *Nurture and Care Framework* (World Health Organization, United Nations Children's Fund & World Bank Group, 2018); uma proposta que organiza o olhar dos profissionais de saúde para o suporte à aprendizagem e desenvolvimento dos pais de crianças dos 0 aos 9 anos.

Para estimular o envolvimento, participação e compromisso dos pais, no cuidado e educação das crianças, o olhar dos profissionais sobre as famílias deverá orientar e suportar as interações, nomeadamente a correspondência e sintonia entre olhares de pais e filhos:

- Utilizando o diálogo pluralista para a discussão e compreensão das etnoteorias parentais.
- Estabelecendo pontes entre necessidades e oportunidades, para cada componente e entre as componentes temáticas propostas pela *Nurture and Care Framework*: boa saúde; nutrição adequada; proteção e segurança; oportunidades de aprendizagem e cuidado responsivo – e favorecendo o (re)conhecimento mútuo e interdependência salutar entre pais e filhos.
- Considerando dois aspetos transversais fundamentais para a qualidade da relação entre pais e filhos: expressão do afeto e conforto; controlo e orientação - que devem enquadrar a forma como se sugere abordar cada componente temática. Isto é, a educação e

cuidado à criança, no contexto do exercício de uma parentalidade positiva, deverá considerar para qualquer componente temática, elementos transversais e essenciais ao desenvolvimento na infância: a necessidade de dependência da criança, o acesso à expressão do afeto e conforto parental, a valorização da sua experiência emocional, autonomia e capacidade de iniciativa, necessidade de estimulação e orientação – para promoção da saúde, competência regulatória e bem-estar.

O suporte ao envolvimento parental na vida das crianças, exige aos profissionais de saúde o reconhecimento e valorização das interações das famílias no seu ecossistema e uma atitude de permanente abertura a possibilidades de diálogo, colaboração e cooperação interdisciplinar e intersectorial, multinível - reflexo de uma perspectiva integrada sobre o desenvolvimento na infância.

A amplitude do olhar dos profissionais sobre a natureza idiossincrática da relação entre pais e filhos beneficia dos mesmos pressupostos de gestão sensível, afetuosa e provedora de orientação no encontro com cada adulto, pai e mãe aprendente, no seu papel de cuidador e educador.

⁴⁵ Expressão inglesa utilizada para designar a ação de olhar para alguém ou para algo.

Glossário

Cultura

“Conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abarca, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.”^[1]

“Qualquer grupo social tem uma cultura e todas as culturas são dinâmicas, sofrendo transformações ao longo do tempo, devido a fatores internos e externos”.^[2]

“A cultura tem sido definida como um conjunto de fenómenos, que variam desde a parcela do ambiente produzida pelo homem (e.g. contextos comunitários), ao estilo de vida partilhado por um grupo de pessoas (e.g. hábitos e práticas de gestão do sono das crianças), passando pelos valores e crenças sociais sobre como os indivíduos devem comportar-se (e.g. noção de respeito nas relações entre pais e filhos), até ao sistema de significados que os indivíduos usam para compreender o mundo.”^[3]

Pluralismo

“Definido de forma simples, o pluralismo é uma ética de respeito pela diversidade. Ainda que a diversidade na sociedade seja um facto, a forma como as sociedades respondem à diversidade constitui uma escolha. O pluralismo resulta das decisões quotidianas tomadas por instituições do estado, associações da sociedade civil e indivíduos para reconhecer e valorizar as diferenças humanas.

Sociedades pluralistas não são acidentes na história. Requerem investimento contínuo e transversal em vários setores - económico, político e social. (...) O compromisso é essencial. Pertencer é o objetivo. Em sociedades diversas, pessoas com identidades e pontos de vista diferentes precisam de encontrar formas de viver juntas. (...) A construção de sociedades inclusivas requer não só respostas institucionais (*hardware*) como também mudanças de comportamento (*software*), para assegurar a todas as pessoas reconhecimento e sentimento de pertença.”^[4]

1 Definição em consonância com as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais: Mondiacult – realizada no México, pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), em 1982; com as ideias chave da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – realizada pela UNESCO, em Estocolmo, no ano de 1998 (Adams, 1998) e com o relatório final da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento: A nossa diversidade criativa (Manzatto, 2019).

2 (Conselho da Europa, 2016)

3 Cole & Cagigas, 2010; Oyserman, 2017 (como citado em Chen, Fu & Yiu, 2019, p.5)

4 Definição do Global Center for Pluralism; pode ser consultada em: <https://www.pluralism.ca/who-we-are/#what-is-pluralism>

Referências bibliográficas

Livros | Artigos Científicos | Relatórios | Outros

- Adams, D. (1998). *The World of Cultural Policy: A report on UNESCO's World Conference on Cultural Policies for Development Stockholm, March/April 1998*. Disponível em: <http://www.wvcd.org/policy/Stockholm.html>
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4,1-103. doi: 10.1037/h0030372
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husen, & T. N. Postlethwaite (Eds.), *International Encyclopedia of Education* (2nd ed., Vol. 3, pp. 1643-1647). Oxford, England: Pergamon Press.
- Bronfenbrenner, U. (2005). The bioecological theory of human development. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Biological perspectives on human development* (pp. 3-15). Thousand Oaks, CA: Sage. (Trabalho original publicado em 2001).
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In W. Damon, & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of Child Psychology: Theoretical models of human development* (6th ed., Vol. 1, pp. 793-828). New York: John Wiley.
- Chen, X., Fu, R., & Yiu, W. Y. V. (2019). Culture and parenting. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (pp. 448-473). New York: Routledge.
- Comité Português para a UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*. Portugal: Unicef. Disponível em: https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Council of Europe. (2016). *Competences for Democratic Culture. Glossary of key terms*. Strasbourg: Council of Europe. Disponível em: <https://rm.coe.int/16806ce230>
- Keller, H., Yovsi, R., Borke, J., Kärtner, J., Jensen, H., & Papaligoura, Z. (2004). Developmental consequences of early parenting experiences: Self-recognition and self-regulation in three cultural communities. *Child Development*, 75, 1745-1760. doi: 10.1111/j.1467-8624.2004.00814.x
- Lopes, M. S. O. C., Catarino, H., & Dixe, M. A. (2010). Parentalidade Positiva e Enfermagem: Revisão Sistemática da literatura. *Revista de Enfermagem Referência*, III (1), 109-118. doi: 10.12707/R111047
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen (Series Ed.), & E. M. Hetherington (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (4th ed., Vol. 4., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Manzatto, R. (2019). *Nossa Diversidade Criativa, o Relatório Final da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento*. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/publicacoes/bif/bif466-34-37.pdf>
- Tietjen, A. M. (2006). Cultural influences on peer relations: An ecological perspective. In X. Chen, D. C. French, & B. H. Schneider (Eds.), *Peer relationships in cultural context* (pp. 52-74). New York: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511499739.001
- Tudge, J. R. H., & Freitas, L. B. L. (2012). Parentalidade: Uma abordagem ecológico-cultural. In C. A. Piccinini & P. Alvarenga (Eds.), *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos* (pp. 171-196). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (1982). *World Conference on Cultural Policies: final report*. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>
- World Health Organization, United Nations Children's Fund & World Bank Group (2018). *Nurturing care for early childhood development: a framework for helping children survive and thrive to transform health and human potential*. Geneva: World Health Organization.

Websites

- Citador. (2003-2019). Khalil Gibran. Disponível em: <https://www.citador.pt/frases/protegeime-da-sabedoria-que-nao-chora-da-filoso-khalil-gibran-14798>
- Diário da República Eletrónico. (2020). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://dre.pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Global Center for Pluralism. (2020). What is Pluralism? Disponível em: <https://www.pluralism.ca/who-we-are/#what-is-pluralism>
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas. (sem data). Objetivos de desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>



Esta publicação resultou do Projeto VIDAS PLURAIS e tem uma licença Creative Commons – Atribuição – Não comercial – Compartilha Igual 4.0 Internacional.

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

Fundação Aga Khan Portugal

Avenida Lusíada, 1, 1500-650 Lisboa

Tel.: +351 217 229 000

e-mail: akfportugal@akdn.org

web: www.akdn.org

plataforma: <http://moodle.akfportugal.com>

©AKF Portugal, março 2021

As informações deste material podem ser reproduzidas, mediante comunicação à Fundação Aga Khan Portugal.